



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

AO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ-ES

Vimos, por meio deste, consubstanciado no art. 49 da Lei Orgânica do Município de Jaguaré/ES, encaminhar o Projeto de Lei Legislativo nº **18/2023**, de autoria da Mesa Diretora, para que seja levado à apreciação dos Dignos Pares.

Atenciosamente,

EDSON SEBASTIÃO SOPRANI
Presidente da Câmara

PENHA GROBÉRIO BETTIM
Vice-Presidente da Câmara

JAIR SANDRINI
Secretário



**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"**

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 018/2023

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO
MUNICIPAL DOS DIREITOS DE DIVERSIDADE
SEXUAL E DE GÊNERO DE JAGUARÉ-ES.**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere a da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno, propõe a seguinte:

Do Conselho Municipal dos Direitos de Diversidade Sexual e de Gênero

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos de Diversidade Sexual e de Gênero (CMDSG), órgão colegiado de caráter permanente, apartidário, consultivo, propositivo, fiscalizador das políticas públicas e ações voltadas para a população LGBTQIA+ e demais gêneros, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Para conferir-lhe operacionalidade ao CMDDSG é assegurada autonomia, exercida nos limites da legislação em vigor e do compromisso com a democratização das relações sociais.

Parágrafo único. O CMDSG de Jaguaré será assessorado administrativamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º São atribuições e competências do Conselho Municipal dos Direitos de Diversidade Sexual e de Gênero:

- I - elaborar seu regimento interno;
- II - propor o desenvolvimento de ações que contribuam para a igualdade de direitos e garantia do exercício da cidadania através da efetiva integração cultural, econômica, social e política das pessoas LGBTQIA+ e demais gêneros, desenvolvidas pelos órgãos governamentais no âmbito municipal;
- III - formular diretrizes que objetivem a defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a eliminação das discriminações e formas de violência contra LGBTQIA+, e demais diversidades sexuais e de gênero;
- IV - auxiliar o Poder Executivo emitindo pareceres, acompanhando, fiscalizando, controlando programas em todos os níveis do Administração Pública Direta e Indireta relacionados às questões LGBTQIA+ e demais diversidades sexuais e de gênero, visando a defesa de seus direitos por todos os meios legais que se fizerem



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

necessários, bem como a eliminação de legislação com conteúdo discriminatório no município;

V - cadastrar, apoiar e oferecer diretrizes de atuação às organizações e/ou programas governamentais e não governamentais de atendimento à esta população;

VI - receber denúncia, sobre fatos e episódios discriminatórios ou que atentem à integridade da população LGBTQIA+ do Município e encaminhá-las aos órgãos competentes, requerendo providências;

VII - zelar pelo cumprimento das normas constitucionais de Direitos Humanos e infraconstitucionais referentes a pessoas LGBTQIA+;

VIII - sugerir medidas normativas que visem a implementação e regulamentação da Política Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos dos LGBTQIA+;

IX - criar comissões especializadas ou grupos de trabalho para promover estudos, elaborar projetos, fornecer subsídios ou sugestões para apreciação e votação deste Conselho Municipal, em período de tempo previamente fixo;

X - elaborar e acompanhar as sugestões das aplicações dos recursos públicos destinados aos serviços de atendimento à população em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais e a execução de recursos públicos para eles autorizados, bem como monitorar e opinar sobre as questões referentes a cidadania da população LGBTQIA+;

XI - propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e controle social sobre as políticas públicas para a promoção e defesa dos direitos da população LGBTQIA+;

Da Composição, Escolha e Mandato dos Membros do Conselho

Art. 4º O CMDSG será composto paritariamente por 4 (quatro) representantes das entidades governamentais e 03 (três) de organizações da sociedade civil com membros titulares e 02 (dois) suplentes.

§1º As representações especificadas no caput deste artigo devem preservar a paridade entre gênero e identidade de gêneros, na forma especificada no Regimento Interno.

§2º Desde que por deliberação favorável de dois terços dos membros do CMDSG.

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos de Diversidade Sexual e de Gênero, será composto de forma paritário entre o poder Público Municipal e a Sociedade Civil, constituídos por 07 (sete) membros, distribuídos no seguinte proporção:

I - por representantes do Poder Público, serão indicados pelo Prefeito Municipal, sendo 07 (sete) titulares e 02 (dois) suplentes:

- a) 01 (um) representante Secretaria Municipal de Saúde;
- b) 01 (um) representante Secretaria Municipal de Educação;



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

- c) 01 (um) representante Secretaria Municipal de Assistência Social;
- d) 01 (um) representante Secretaria Municipal de Esporte;
- e) 01 (um) representante Conselho Tutelar;
- f) 01 (um) representante do Comércio podendo ser indicado pelo CDL;
- g) 02 (dois) representantes indicados pela Câmara Municipal de Jaguaré;
- h) 01 (um) por entidades religiosas.

II - Os membros representantes do CMDSG serão compostos por, 07 (sete) titulares e 02 (dois) suplentes, que comprovem estatutariamente atividades e/ou ações em defesa dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+, a partir dos seus mais variados marcadores (gênero, raça etnia, categoria profissional, outros), conforme segue:

Art. 6º São requisitos para indicação de representantes ao CMDSG por porte das organizações da sociedade civil, estar legalmente constituídas mediante estatutos sociais devidamente registrados.

Art. 7º A função de conselheiro (a) CMDSG não será remunerada, tendo caráter público relevante.

Da Eleição da Escolha e Mandato dos Membros do Conselho

Art. 8º A eleição dos conselheiros será realizada em Assembléia Pública, em local público de preferência na sede da cidade, a fim de facilitar a participação dos interessados, mediante a publicação de Edital de Convocação nos Atos Oficiais do Município, com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

Art. 9º A Diretoria do Conselho será composta por Presidente, Vice Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, que deverão ser eleitos na primeira reunião ordinária do Conselho, que acontecerá logo após a eleição dos conselheiros.

§1º O Presidente e o Vice-Presidente do CMDSG, serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e sociedade civil.

§2º Ao Presidente do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e Gênero compete:

- I - representar o Conselho junto a autoridades, órgãos e entidades;
- II - dirigir as atividades do Conselho;
- III - convocar e presidir as sessões do Conselho;
- IV - proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho.

§ 3º Ao Secretário Geral do CMDSG compete:



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

- I - providenciar a convocação, organizar e secretariar as sessões do Conselho;
- II - elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;
- III - manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;
- IV - organizar e manter a guarda de papéis e documentos do Conselho;
- V - exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

Art. 11 As reuniões do Conselho somente serão realizadas com quórum mínimo de 05 (cinco) membros votantes.

Art. 12 As decisões do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

§ 1º Em caso de empate, o Presidente do Conselho terá o voto de qualidade.

§ 2º O CMDSG poderá convidar para participar de suas sessões, sem direito a voto:

- I - representantes de entidades ou órgãos, públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão;
- II - pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Da Votação dos Membros do Conselho

Art. 13 Compete a Plenária Geral, além das atribuições definidas em Regimento Interno:

- I - estabelecer o funcionamento do Conselho através do regimento interno, respeitadas as seguintes disposições;
- II - deliberar quanto a instituição de seus atos por meio da Resolução aprovado pela maioria de seus membros;
- III - deliberar quanto aos locais das reuniões do CMDSG que serão públicas e abertas a participação de todo e qualquer cidadão, com ampla e sistemática divulgação;
- IV - providenciar para que os temas tratados em plenário, sejam lavrados no respectivo livro de atas e estejam disponíveis a qualquer cidadão;
- V - entregar plano de trabalho em prazo não superior a 120 dias após a posse de cada nova gestão do Conselho, no qual deverá ser utilizado, sempre que possível, as resoluções das Conferências de Direitos Humanos e Políticas Públicas para a População LGBTQIA+;



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

VI - entregar anualmente relatório com uma análise da realidade da população LGBTQIA+ no município para análise e segmento. O relatório deverá incluir a prestação de contas das ações do conselho.

Parágrafo único. As demais regulamentações relativas ao Conselho deverão constar do seu Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado pelo órgão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a eleição da diretoria.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 16 de novembro de 2023.

EDSON SEBASTIÃO SOPRANI
Presidente da Câmara

PENHA GROBÉRIO BETTIM
Vice-Presidente da Câmara

JAIR SANDRINI
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

MENSAGEM E JUSTIFICATIVA

Temos a honra de enviar a essa Casa de Leis o Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos de Diversidade Sexual e de Gênero de Jaguaré, ES

O presente projeto é uma solicitação do MPES, e inclusive notificou a este Poder que informem quais as providências estão sendo adotadas para a implantação de políticas públicas, comissões e demais institutos para a proteção da Diversidade Sexual e de Gênero, e sendo que tal solicitação teve participação da Ilustríssima Senhora Promotora de Justiça de Jaguaré, juntamente com o Responsável pela pauta da Procuradoria do Estado do Espírito Santo, tudo sendo realizado por vídeo conferência.

Como mencionado naquela reunião, a presente propositura visa atender aos anseios da população LGBTQIA+, uma população exposta às diversas vulnerabilidades, que necessitam, urgentemente, de ações afirmativas e políticas públicas.

A criação de um conselho LGBTQIA+ é o pontapé inicial na luta pelos Direitos Humanos do segmento na cidade de Jaguaré. Inclusive sendo este um passo para as discussões e mudanças necessárias a inclusão do grupo nas demais administrações direta ou indireta do município.

Sendo assim, necessária a implantação do Conselho, para que o município entenda os diversos contextos sociais envolvendo o grupo e toda a sociedade de modo estar mais presente e atuante, no que tange à comunidade LGBTQIA+.

Diante do exposto, solicitamos a costumeira atenção na votação, discussão e aprovação da matéria em **rito ordinário**.

Sala das Sessões, aos 16 de novembro de 2023.

EDSON SEBASTIÃO SOPRANI
Presidente da Câmara

PENHA GROBÉRIO BETTIM
Vice-Presidente da Câmara

JAIR SANDRINI
Secretário